

# Nação e identidade em Guimarães Rosa

Luiz Cláudio Vieira de Oliveira



ILUSTRAÇÕES GREGO

Prof. Dr. Luiz Cláudio Vieira de Oliveira é Mestre  
em Literatura Brasileira (UFMG).

## NAÇÃO E IDENTIDADE EM GUIMARÃES ROSA

Análise da obra *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa, a partir dos conceitos de nação, Estado, identidade e grupo, com o objetivo de indicar de que forma o autor desconstrói esses conceitos à medida que desconstrói também os conceitos de integridade, pureza e alteridade. A metáfora do mapa, assim como a do sertão, ajuda a fraturar a construção da identidade com base na imposição de fronteiras, de limites, de alteridades. O romance de Guimarães Rosa, ao abolir metaforicamente as fronteiras, propõe a construção de uma identidade múltipla, aberta, plural. Ao propor a relativização de fronteiras e de identidades, Guimarães Rosa aponta para a modernidade, ou para a pós-modernidade, ao mesmo tempo em que rompe com os ideais positivistas herdados do século XIX, ainda presentes em várias áreas do conhecimento.

## NACIÓN E IDENTIDAD EN GUIMARÃES ROSA

Análisis de la obra *Gran sertón: veredas*, de Guimarães Rosa, a partir de los conceptos de nación, Estado, identidad y grupo, con el objetivo de indicar de que forma el autor desconstruye esos conceptos en la medida que desconstruye también los conceptos de integridad, pureza y alteridad. La metáfora del mapa, así como la de la región seca, ayuda a fracturar la construcción de la identidad con base en la imposición de fronteras, de límites, de alteridades. El romance de Guimarães Rosa, al abolir metafóricamente las fronteras, propone la construcción de una identidad múltipla, abierta, plural. Al proponer la relativización de fronteras y de identidades, Guimarães Rosa apunta para la modernidad, o para la post-modernidad, al mismo tiempo en que rompe con los ideales positivistas heredados del siglo XIX, todavía presentes en varias áreas del conocimiento.

## الوطن والهوية لدى جواو كيمرايس روزا

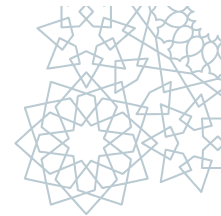
تحليل رواية الدغل الكبير: السبيل لجواو كيمرايس روزا. انطلاقاً من مفاهيم الوطن والدولة والهوية والمجموعة، يهدف التحليل إلى تبيان الطريقة التي لجأ إليها الكاتب لهدم هذه المفاهيم بموازاة هدمه، أيضاً، لمفاهيم النزاهة والصفاء والغيرية. وتساعد أسطورة الخريطة، كما الأمر نفسه بالنسبة للدغل، على تكسير بناء الهوية اعتماداً على رسم الحدود والغيرية. إن رواية كيمرايس بالغاها، بشكل رمزي، الحدود، تقترح بناء هوية متعددة ومفتوحة وجماعية. فمن خلال اقتراح نسبوية الحدود والهويات، يشير الكاتب إلى الحادثة وإلى ما بعد الحادثة في الوقت ذاته الذي يقطع فيه مع الأفكار الوضعية الموروثة عن القرن التاسع عشر والتي كانت ما تزال حاضرة في كثير من مجالات المعرفة.

## NATION ET IDENTITÉ CHEZ GUIMARÃES ROSA

Cette analyse de l'oeuvre *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa, basée sur les concepts de nation, État, identité et groupe, montre de quelle façon l'auteur démonte ces concepts à mesure qu'il démonte aussi les notions d'intégrité, de pureté et d'altérité. La métaphore de la carte, ainsi que celle du sertão, aide à fracturer la construction de l'identité basée sur l'imposition de frontières, de limites, d'altérités. Le roman de Guimarães Rosa, quand il abolit métaphoriquement les frontières, propose la construction d'une identité multiple, ouverte, plurielle. En proposant la relativisation des frontières et des identités, Guimarães Rosa signale ainsi le chemin de la modernité ou de la postmodernité, en même temps qu'il se libère des idéaux positivistes hérités du XIXème, encore présents dans plusieurs domaines du savoir.

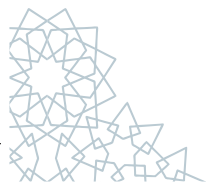
## NATION AND IDENTITY IN GUIMARÃES ROSA

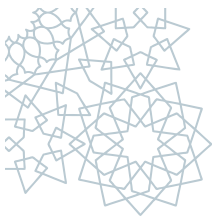
This is an analysis of the work *The Devil to Pay in the Backlands*, by João Guimarães Rosa, from the standpoint of the concepts of the nation, state, identity and group, with the aim of determining how the author deconstructs these concepts at the same time that he also deconstructs the concepts of integrity, purity and alterity. The metaphor of the map, like that of the backlands, aids in fracturing the construction of an identity based on the imposition of borders, limits and alterities. Upon metaphorically abolishing borders, Rosa's novel proposes the construction of a multiple, open and plural identity. Upon proposing the contextualization of borders and identities, Rosa moves towards modernity, or post-modernity, at the same time that he breaks with the positivist ideals inherited from the 19th Century, still present in several areas of knowledge.



O tema “nação e identidade” reúne dois aspectos diferentes e complementares, tanto no que diz respeito à relação entre indivíduo e grupo, quanto no que se refere à relação entre cidadão e nação. O conceito de identidade pessoal se colocou, desde sempre, para o indivíduo, como um processo de construção de sua imagem e de percepção de si como integridade, ou seja, como uma forma contínua, permanente, um todo não fragmentado, sempre percebido em relação ao grupo de que o indivíduo participa. Estar em grupo significa haver, entre seus membros, uma representação interna, em que cada participante traz o grupo dentro de si como um todo, de que acredita participar. Para haver grupo, é preciso que o indivíduo represente o grupo para si e se represente fazendo parte dele. Para isso, também é preciso que o grupo represente o sujeito, que o reconheça. A partir de uma conceituação de Hegel, que explicita que uma consciência-de-si só existe em si e para si na medida em que existe para outra consciência-de-si, Eugène Enriquez acrescenta: “A consciência-de-si é desejo em geral e fundamentalmente desejo do desejo do outro, isto é, desejo de reconhecimento. Nós só existimos enquanto somos reconhecidos pelos outros” (Enriquez, 1974: 56).

O conceito de identidade do cidadão se constrói pela colocação do indivíduo dentro de uma sociedade e de uma nação, da mesma forma que o sujeito se representa fazendo parte do grupo que, agora, é bastante ampliado. Para entender essa regra de três, em que o sujeito está para o grupo, assim como o cidadão está para a nação, será preciso empregar alguns conceitos buscados à área do Direito. Juridicamente, nação é definida como sendo:





*Um grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns e, principalmente, por ideais e aspirações comuns. Povo é uma entidade jurídica; não é uma entidade moral no sentido rigoroso da palavra. Nação é muita coisa mais que povo, é uma comunidade de consciências, unidas por um sentimento complexo, indefinível e poderosíssimo: o patriotismo. (Azambuja, 2003: 19)*

Por outro lado, Gropalli citado por Mário Lúcio Quintão Soares explicita que, juridicamente,

*[...] nação indica uma unidade de caráter cultural, religioso, étnico, lingüístico, formada por uma pluralidade de indivíduos ligados entre si por vínculos de sangue, de língua e de cultura e pela consciência de pertencerem à mesma coletividade (Soares, 2001: 218-219)*

O conceito de nação liga-se a outros como os de povo, cidadão e Estado. A relevância do conceito de Estado tem sua origem em Maquiavel que, n' *O príncipe*, é o primeiro a dar-lhe o seu significado moderno, que é o de ser “[...] uma organização político-jurídica de uma sociedade para realizar o bem público, com governo próprio e território determinado” (Azambuja, 2003: 6). O mesmo autor nos diz que povo e cidadão são conceitos que se interpenetram: “Povo é a população do Estado, considerada sob o aspecto puramente jurídico, [...] é o conjunto de indivíduos sujeitos às mesmas leis, são os súditos ou cidadãos de um mesmo Estado” (Azambuja, 2003: 19). Pode-se observar que há uma organização desses conceitos, do mais amplo ao mais espe-


cífico: Estado, nação, povo, indivíduo e, junto com este último, a partir de outra visada teórica, o de sujeito.

Mesmo que seja um cidadão de um determinado Estado, isso não dá ao indivíduo a identidade para considerar-se semelhante a outros indivíduos, também cidadãos e submetidos às mesmas leis. A noção de identidade vai muito além dessa comunidade de “aspecto puramente jurídico”. É preciso, de acordo com o conceito acima, que haja uma nação, ou seja, a consciência de se pertencer a uma mesma comunidade, a representação que o indivíduo faz do grupo, essa nação, e de si mesmo como parte dela.

Quando se fala em nação, pelo exposto, não se fala necessariamente em identidade, pois um conceito não pressupõe o outro. Nos Estados, desde sua criação, busca-se correlacioná-los e implicá-los, de modo que cada nação, com seu povo e seus cidadãos, corresponda ao Estado. Esse processo implica que as diferenças sejam suprimidas ou reduzidas, de modo que o povo crie o sentimento de identidade, o perceba e o cultue. No Brasil, esse sentimento de identidade, essa representação mútua que nós fazemos passa pela construção da imagem de cordialidade, de hospitalidade, ausência de violência, que os tempos têm se encarregado de decompor. Muitas vezes, a construção dessa identidade se faz pela ideologia; outras, pela força, dentro do que Althusser chamou de “aparelhos ideológicos de Estado” e “aparelhos repressivos de Estado”.

Os Estados modernos, chamados de “Estado-nação”, surgem a partir do Renascimento, a partir do reconhecimento de pertença a uma comunidade por laços de língua, sangue e cultura.





Mas, principalmente, por interesses de alguém (a quem Maquiavel denominou “Príncipe”) em estabelecer uma relação de poder sobre o povo de um determinado território, cujo conceito é intimamente ligado ao de Estado. A esse respeito, acrescenta Quintão Soares:

*Neste sentido, se o poder está ali-  
cerçado apenas na força (ou meios vio-  
lentos) imposta a determinada socie-  
dade, manifestando de forma exacer-  
bada o monopólio legítimo da coação  
física, i.e., a coerção, trata-se de poder  
de fato. Se, entretanto, o poder estriba-  
se na competência e na autoridade, em  
detrimento da força, diluída a coerção,  
que se torna violência simbólica, carac-  
teriza-se o poder de direito. (Soares,  
2001: 52, grifos do autor)*

Aos conceitos anteriormente colo-  
cados, soma-se mais esse, o de poder,  
pela força ou pela autoridade, de fato  
ou de direito, que garante que o Estado  
se mantenha coeso e que todos os cida-  
dãos obedeçam às normas emanadas  
desse poder, às leis do Estado. Portanto,  
Estado e nação, povo e cidadão estão  
subordinados a um projeto de poder cuja  
forma mais evidente é o aparelho jurí-  
dico, cuja construção remonta a Platão  
e Aristóteles. Da Grécia à Modernidade,  
o Estado se firma como o Estado-pessoa  
“que contrai direitos e obrigações com  
os indivíduos e outros Estados [...]”  
(Menezes, 1996: 51). Mas é no século  
XIX que o conceito de Estado irá atingir  
sua complexidade. Nesse momento, há  
um rearranjo das forças internacionais  
que favorece a Europa em detrimento de  
outras regiões e que promove alterações  
geopolíticas em boa parte do planeta.

No caso específico da América Latina, há  
um movimento expressivo pela indepen-  
dência e criação de novos Estados que  
só terá correspondência no século XX,  
quando as nações européias são obriga-  
das a conceder liberdade a suas colônias  
asiáticas e africanas. Hobsbawm, na intro-  
dução do livro *A era dos extremos*, nos dá  
uma síntese do que foi o século XIX:

*Tratava-se de uma civilização capi-  
talista na economia; liberal na estru-  
tura legal e constitucional; burguesa  
na imagem de sua classe hegemônica  
característica; exultante com o avan-  
ço da ciência, do conhecimento e da  
educação e também com o progresso  
material e moral; e profundamente  
convencida da centralidade da Europa,  
berço das revoluções da ciência, das  
artes, da política e da indústria e cuja  
economia prevalecera na maior parte  
do mundo, que seus soldados haviam  
conquistado e subjugado; uma Europa  
cuja população (incluindo-se o vasto  
e crescente fluxo de emigrantes euro-  
peus e seus descendentes) haviam  
crescido até somar um terço da raça  
humana; e cujos maiores Estados cons-  
tituíam o sistema da política mundial.  
(Hobsbawm, 1995: 16)*

O século XIX assistiu ao fenômeno  
da proliferação de nações na América  
Latina, refletindo aqui o embate de inte-  
resses europeus e reafirmando um pro-  
cesso que se iniciara no Renascimento,  
com a inversão do valor dos territórios,  
cujo simbolismo medieval é substituído  
por outro, econômico, e em que fron-  
teiras e extensão territoriais passavam  
a significar poder e possibilidade de  
exploração econômica. A partir de uma

homogeneização do espaço, novos valores lhe foram atribuídos a partir da possibilidade de exploração e de lucro.

Diante do espaço que se abria à sua frente, juntamente com a dessacralização do espaço medieval, o homem renascentista é levado a realizar a elaboração de mapas, cuja função era a de demarcar as fronteiras, ao mesmo tempo em que indicava a pertença dos indivíduos ao espaço circunscrito por elas e, por isso, à autoridade daquele espaço, à lei, à religião, à cultura, à língua. Em suma, a obediência dos cidadãos às leis de um Estado-nação. Ao mesmo tempo em que a existência de limites é fundamental para o estabelecimento de uma identidade, ainda que imposta, o é também para a indicação das diferenças, da alteridade. O outro é o que habita do lado de lá. Ao se circunscrever a identidade em fronteiras, valoriza-se tudo aquilo que a compõe e qualifica, desvalorizando o que está situado extramuros e que é, de princípio, diferente. François Artog, em seu livro *O espelho de Heródoto*, confirma: “Dizer o outro é enunciá-lo como diferente – é enunciar que há dois termos, a e b, e que a não é b. [...] Por exemplo: existem gregos e bárbaros. Desde quando a diferença é dita ou transcrita, torna-se significativa, já que é captada nos sistemas da língua e da escrita” (Hartog, 1999: 229).

Portanto, a transformação do espaço medieval em renascentista irá propor alguns aspectos que prevalecerão até hoje. O espaço passa a ser utilizado como um elemento de organização e de controle, de instituição do mesmo e do outro, e também como espaço de produção e de lucro. Portanto, passa a ter um valor simbólico a partir de uma ótica humana, diferente da que prevalecia no período medieval, em que o espaço, o mundo, refletiam uma ordem divina. Um exemplo bastante claro disso é a institucionalização da perspectiva para a pintura, que representa a visão do real a partir de um ponto de vista único. Este modo de emprego da perspectiva

foi expandido para outras áreas. O domínio do espaço se faz através da construção de mapas, cujo rigor e exatidão eram fundamentais. Era a manifestação do poder humano sobre o poder divino. Segundo David Harvey, ao localizar no pensamento iluminista o surgimento da modernidade, há o seguinte:

*A diversidade de povos podia ser apreciada e analisada no seguro saber de que o seu “lugar” na ordem espacial era conhecido sem ambigüidade. [...] o problema do pensamento não estava na carência de um conceito do “outro”, mas no fato de perceber o “outro” como tendo necessariamente (e às vezes “restringindo-se a”) um lugar específico numa*





*ordem espacial concebida, do ponto de vista etnocêntrico, como tendo qualidades homogêneas e absolutas. (Harvey, 1996: 228, grifos do autor)*

Pode-se lembrar o mapa existente nas orelhas de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, cuja finalidade não é a de localizar o outro num lugar específico, mas a de questionar esses lugares preexistentes, negando uma “ordem preexistente”. Nesse sentido, o texto rosiano assume um caráter revolucionário, etimologicamente falando, desordenando e desconstruindo os lugares previamente existentes, liberando-os de suas amarras e relações. Paradoxalmente, o mapa de Guimarães Rosa não nos localiza nem nos identifica. A localização e a identidade que nos atribui transcendem um espaço, um tempo e uma imagem específicas. Ou seja, o mapa e o texto de Rosa não se fazem a partir de um ponto de vista externo, mas em si mesmos, voltados para si próprios. A imprecisão do mapa das orelhas se relaciona com a indeterminação temporal da narrativa e inexistência de uma imagem com que nos identificamos. Se “Riobaldo somos nós”, como disse Antonio Candido, quem é Riobaldo? O processo desencadeado por Rosa não é o de um espelhamento puro e simples, de uma imagem construída a partir do olhar do outro, mas um questionamento dessa imagem e desse outro. Douglas Santos, em seu livro *A reinvenção do espaço*, nos diz:

*Localizar-se, portanto, ultrapassa, mas não elimina, qualquer identificação de cunho meramente geométrico. Construir o jogo simbólico que representa esse processo pressupõe um “diálogo” direto não só com um cruzamento de linhas e pontos, mas, igual-*

*mente, com a subjetividade de quem se localiza, não apenas no plano de sua individualidade, mas sim também como sujeito historicamente identificável. (Santos, 2002: 28)*

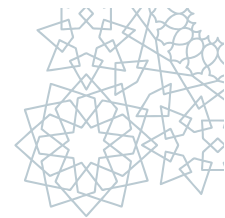
*Grande sertão: veredas* rompe o jogo de espelhamentos entre essa individualidade e esse sujeito historicamente identificável. Mas não o rompe por negá-lo, mas por problematizá-lo. Evidentemente, não se pode negar a evidência de que num certo lugar há um certo sujeito. Mas que lugar e que sujeito são esses? Essa indeterminação que o texto de Rosa acentua, em vez de atenuar, essa ausência de resposta é que atrai para o romance, a cada dia, mais leitores. Segundo Ángel Rama, a diversidade é característica da América Latina:




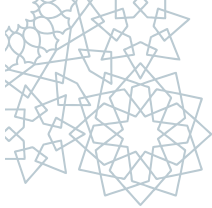
*La división en regiones, dentro de cualquier país, tiene una tendencia multiplicadora que en casos límites produce una desintegración de la unidad nacional. Lo mismo puede decirse de las vastas regiones dentro de un país, pasibles de división en subregiones con la misma tendencia desintegradora, tal como le ocurre a Guimarães Rosa cuando intenta ofrecer un perfil de su Minas Gerais natal. (Rama, 1989: 58)<sup>1</sup>*

O processo é constante na obra de Guimarães Rosa, como se pode observar, além do texto citado, também no conto “O espelho”, de *Primeiras histórias*. Ali também se questiona a questão da identidade e da integridade do sujeito, da mesma forma que nos contos “Nenhum, nenhuma”, e “Nada e a nossa condição”, do mesmo livro.

A obra de Rosa, problematizando o mapa, as fronteiras, a identidade

<sup>1</sup> A divisão em regiões, dentro de qualquer país, tem uma tendência multiplicadora que em casos-limite produz uma desintegração da unidade nacional. O mesmo pode dizer-se das vastas regiões dentro de um país, passíveis de divisão em sub-regiões com a mesma tendência desintegradora, tal como ocorre a Guimarães Rosa quando tenta oferecer um perfil de sua Minas Gerais natal.





e a alteridade, antecipa a transformação que houve a partir da segunda metade do século XX, cujas características e possibilidades só agora estão se delineando para nós. Trata-se da abolição do espaço-tempo pelos modernos processos de comunicação e do fenômeno da globalização da economia, com que se relaciona, processo iniciado no Renascimento. Se, por um lado, houve o surgimento dos Estados, com o crescimento dos nacionalismos, o estabelecimento de governos e toda a parafernália simbólica que faz funcionar um Estado, por outro, o crescimento dos processos de comunicação, desde o rádio, mas especialmente a Internet, junto com a globalização, tornou obsoletas as formas tradicionais de organização dos Estados, do comércio e das comunicações. Se antes era necessário o poder isolado de cada Estado, como forma de garantir as relações internacionais, o funcionamento da economia e o predomínio estratégico de alguns Estados sobre outros, em zonas de influência, agora isso já não é mais necessário porque as fronteiras foram ou estão sendo abolidas sem que seja preciso, em muitos casos, o emprego da força. Segundo Hobsbawm, ocorre o seguinte:

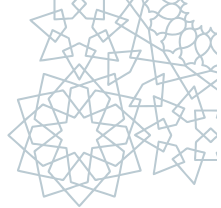

*Quando a economia transnacional estabeleceu seu domínio sobre o mundo, solapou uma grande instituição, até 1945 praticamente universal: o Estado-nação territorial, pois um Estado assim já não poderia controlar mais que uma parte cada vez menor de seus assuntos. Organizações cujo campo de ação era efetivamente limitado pelas fronteiras de seu território, como sindicatos, parlamentos e sistemas públicos de rádio e televisão nacionais, saíram, portanto perdendo,*

*enquanto organizações não limitadas desse jeito, como empresas transnacionais, o mercado de moeda internacional e os meios de comunicação da era do satélite, saíram ganhando. O desaparecimento das superpotências, que podiam de qualquer modo controlar os Estados-satélites, iria reforçar essa tendência. (Hobsbawm, 1995: 413)*

A globalização é um processo que se inicia no Renascimento, chega à modernidade e à pós-modernidade e adquire sua atual feição por causa da tecnologia. No entanto, os Estados existentes, ainda que submetidos à globalização, lutam por manter suas características nacionais, cultivando seus processos de identidade, enxergando-se como povo e como nação. Culturalmente, o processo é semelhante, uma vez que a cultura nacional sofre também a pressão globalizante. James Lull, no seu capítulo “Significado em ação”, aborda a questão dos territórios culturais, especificamente os processos da desterritorialização e reterritorialização. Sua argumentação se faz no sentido de mostrar que o movimento de globalização, apesar de toda a sua força homogeneizadora, consegue ser trabalhado criticamente, com o resgate e a transformação das culturas nacionais ou regionais. Diz o autor: “Até mesmo a idéia de nação-Estado, que hoje já perdeu sua intensidade como estrutura social necessária, ainda marca algumas diferenças culturais importantes” (Lull, 1995: 86).

Como se pode observar, há um processo dinâmico que envolve a construção e a percepção dos conceitos de Estado, nação, povo, cidadão e identidade. Durante séculos, houve a montagem dos Estados-nação, primeiro, a partir da necessidade de se demarcar e se reconhecer territó-





rios para melhor explorá-los economicamente; segundo, como estratégia de dominação de vastas áreas, sem que para isso se necessitasse do deslocamento de um exército: cada Estado se encarregava de vigiar o outro e de marcar sua diferença em relação aos vizinhos. Tal rivalidade acentuava a desunião e, ao mesmo tempo, a submissão de alguns Estados a um poder central europeu e, depois, norte-americano. A fragmentação de vastos territórios em nações menores ocorreu na América Latina, nos países do Leste Europeu, na Ásia e na África.

A partir do momento em que os meios de comunicação e a tecnologia aboliram o conceito de espaço-tempo, tornando mínimo o tempo de deslocamento e criando a simultaneidade entre o fato e sua divulgação, tornando a globalização um fenômeno observável a olho nu, seja pelos meios de comunicação, seja pela transnacionalização dos meios de produção e pelo capital apátrida, o Estado-nação tornou-se obsoleto. No entanto, apesar disso, não se pode romper com uma ordem construída em cinco séculos. Mesmo nos países da União Européia, com parlamento e moeda próprios, permanecem ainda as estruturas de cada Estado-nação.

Um aspecto a considerar, de acordo com a obra de Hobsbawm, é que o mundo, a partir dos anos 1980 e 1990, com a desintegração do sistema vigente a partir da II Guerra Mundial, viu que o conceito de Estado-nação, construído durante séculos, também entrava em desintegração. Forças nacionais e supranacionais ajudaram nisso. Diz o historiador:

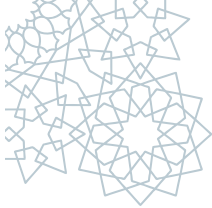
*As próprias unidades básicas da política, os "Estados-nação" territoriais, soberanos e independentes,*

*inclusive os mais antigos e estáveis, viam-se esfacelados pelas forças de uma economia supranacional ou transnacional e pelas forças infranacionais de regiões e grupos étnicos secessionistas, alguns dos quais – tal é a ironia da história – exigiram para si o status anacrônico e irreal de "Estados-nação" em miniatura. (Hobsbawm, 1995:18)*

É preciso considerar, ainda, que a identidade passa pela mirada no espelho internacional que é proposto a um grupo étnico ou a um Estado-nação, ou seja, ela se faz por inclusão – a semelhança em relação a outro grupo ou Estado, ou por exclusão – a diferença em relação a outro grupo ou Estado. Se essa identidade se construiu através de pressões de toda ordem: políticas, raciais, lingüísticas, religiosas, militares e econômicas, no momento em que tais forças diminuíram, a tendência é a de separação e independência, como nos diz Hobsbawm, e de um novo reagrupamento. Pode-se lembrar o caso da Bolívia, independente da Espanha no século XIX, cuja constituição como Estado-nação desconsiderou as duas principais etnias indígenas daquele território. Essa questão, adormecida durante tanto tempo sob o nome "Bolívia", retorna agora quando essas etnias disputam o poder. Mas qual será a solução? A divisão do território entre quéchuas e aimaras e a criação de dois novos Estados-nação?

Se, politicamente, há um abalo nessa estrutura secular, culturalmente as coisas se passam mais velozmente. A existência de uma cultura internacional não elimina a cultura nacional ou local, que é mantida mesmo quando ocorre um processo de migração. Assim, os migrantes nordestinos em São Paulo mantêm sua





tradição cultural musical, de xaxados, baiões e forrós, ao mesmo tempo em que se abrem para novas tradições musicais como a música sertaneja da região Sudeste. Adquirem novos hábitos culturais ao mesmo tempo em que mantêm os antigos. Diz Lull:

*Por exemplo: os trabalhadores turcos migrados para a Alemanha têm uma relação etnocultural com os alemães, entre si na Alemanha e com aqueles na Turquia. As três zonas culturais são negociadas simultaneamente. A tecnologia de comunicação moderna desempenha um papel-chave em todas as negociações: como os turcos aprendem com os alemães (e, com menos intensidade, como os alemães aprendem sobre os turcos); como os turcos cuidam de suas identidades como turcos na Alemanha; e como os turcos mantêm contato com sua cultura e seu povo na Turquia. (Lull, 1995: 89)*



Apesar de o Estado-nação ser uma forma de controle dos indivíduos que se encontram em seu território, a cultura representa a maneira de fugir a esse controle e de compor uma identidade que pode respeitar, ou não, as fronteiras nacionais. Anthony Giddens diz o seguinte: “A modernidade produz certas formas sociais distintas, das quais a mais proeminente é o Estado-nação [...] um exemplo privilegiado de uma característica da modernidade, a ascensão da organização” (Giddens, 1997, 14). Dentro dele, *em abîme*, há outras organizações, funcionando como seus lugares-tenentes, que se encarregam de apresentar modelos com os quais os indivíduos irão se identificar. Segundo Eugène Enriquez, dá-se o seguinte:

*Os homens não podem existir, psicologicamente e socialmente, a não ser inseridos em organizações nas quais lhes é designado um certo papel e um certo status mais ou menos fortemente formalizado (quer essa organização seja a família, o exército, a escola, a empresa, a associação de amigos). Desde seu nascimento o indivíduo é apreendido pela organização e pelas normas instituídas e deve, por seus atos e seu trabalho, encontrar um lugar que os outros lhe reconheçam. (Enriquez, 1974: 65)*


Portanto, há dois níveis que se superpõem e se misturam: o individual e o social. O indivíduo só consegue o reconhecimento individual na medida em que se coloca dentro da organização e se submete ao jogo de espelhos e de imagens. Ou, como se disse anteriormente, o sujeito, ao fazer parte do grupo, representa o grupo para si e se representa fazendo parte dele.

No aspecto individual, a identidade passa pelo que Lacan chamou de estágio do espelho, em que a fragmentação do sujeito é suprimida por sua imagem integral no espelho. Tal imagem significa a passagem do imaginário ao simbólico, à representação. Sua eficácia provém de uma correspondência entre o representante e o representado. Comentando a obra lacaniana, Jeanine Nicolazzi Philippi indica a relação entre o sujeito e a sociedade:

*Seguindo as articulações teóricas de Freud, Lacan decifra o ser constituído a partir dessa outra cena como um ponto de encontro entre um corpo, uma linguagem e uma história, ou seja, como uma estrutura constituída a partir de*



*três registros específicos: o real – aquilo que subsiste a toda simbolização, distinguindo-se, portanto, da realidade externa; o simbólico – a rede de significantes que constitui a própria linguagem; e o imaginário – o sistema dos sentidos cristalizados que anima a vida subjetiva do ser falante. Mesmo antes de nascer, o indivíduo é imerso em um universo de palavras que fala dele de inúmeras maneiras através da história das gerações e das lendas familiares. Essas significações que envolvem o ser humano distinguem o topos no qual se inscreve a linguagem, designado por Lacan como o Outro, o vasto domínio do inconsciente. (Philippi, 2001:156-7, grifos do autor)*



Identidade e sociedade se complementam, como conceitos interdependentes, uma vez que o sujeito se constrói a partir do olhar do outro, que lhe garante identidade e integridade. Mas é principalmente pelo acesso ao simbólico que isso ocorre, ou seja, pelo acesso à linguagem que irá exercer o seu papel de mediadora entre o real e o sujeito, entre o sujeito e si mesmo. Por isso, a importância da linguagem, do discurso e da arte como instâncias de instauração do simbólico e da capacidade de o sujeito se representar. Ao entrar numa estrutura de ordem, o sujeito consegue se representar, uma vez que está aí representado por algo que o substitui e que o nomeia. Ao mesmo tempo em que o simbólico é a condição para que o homem consiga viver em sociedade (o grupo, o povo, a nação, o Estado), ele é também um elemento redutor porque implica que o sujeito passe a ser mediatizado pelos símbolos que o designam e o substituem na relação com o outro.

A partir dessas idéias, podem ser tecidas algumas reflexões acerca do significado da obra de João Guimarães Rosa, e em especial de *Grande sertão: veredas*, para a identidade brasileira. Da mesma forma, pode-se refletir sobre o significado das obras que compõem a literatura brasileira. De um modo geral, desde a Carta de Pero Vaz Caminha, busca-se na literatura a construção de uma imagem acorde à identidade que se deseja constituir. Dessa forma, a terra, o homem e sua luta serão captados literariamente para, juntamente com as demais organizações ou os demais aparelhos de Estado, compor a imagem especular e a identidade que daí resultarão. Talvez o texto que melhor represente esse esforço consciente/inconsciente seja o do Conde Afonso Celso, o texto "Por que me ufano de meu país". Nele, pode-se ler o seguinte:

*O Brasil reúne em si as belezas esparsas em toda parte. E são belezas que não passam, apreciadas em qualquer época, superiores às dos Panteons e Coliseus; sobranceiras às injúrias dos séculos e aos caprichos do gosto, – eternas. Devem ter ufanias os filhos de uma terra assim dotada. O belo é a fonte essencial do amor. Amemos apaixonadamente o Brasil, pelas suas lindezas sem par<sup>2</sup>.*

Um texto que sempre surge em relação especular com *Grande sertão: veredas* é o livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Apesar de sua visão crítica com relação ao genocídio praticado, Euclides forneceu um espelho a boa parte dos brasileiros: trata-se do "Hércules-Quasímodo", cuja divisa é: "O sertanejo é antes

<sup>2</sup> <http://www.ihp.org.br>.

de tudo um forte”. Apesar de serem textos que abordam o sertão e seu imaginário, inclusive o substrato guerreiro, as duas obras, que têm objetivos diversos em tudo, não podem ser relacionadas. Euclides da Cunha procura uma explicação sociológica para a guerra de Canudos, de acordo com sua visão de engenheiro. Não é por acaso que a primeira parte de sua obra é “A terra”. Sua pesquisa é uma tentativa de compreender por que houve um descentramento, uma excentricidade, para, a partir da compreensão do fenômeno, ressaltar a qualidade do centro e a manutenção da ordem. Por isso sua obra admite duas leituras opostas: os que valorizam a própria imagem e a própria identidade, aceitando e valorizando as conclusões negativas de Euclides da Cunha acerca do relevo, do clima, da vegetação e, principalmente, do homem que habitava aqueles lugares; e os que conseguem enxergar nesse homem um aspecto positivo apesar de tudo, favorável à criação de uma identidade genuinamente nacional.

Ante a evidência do sertão e do sertanejo, absolutamente desconhecidos pela ciência do litoral, da Corte ou da República, Euclides é obrigado a reconhecer que ali, contrariamente a toda a sua formação e a suas crenças, havia uma diferença. Era a evidência da alteridade, com toda a sua contundência, fixada no paradoxo do Hércules-Quasímodo:

*É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá*





*um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o termo – de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável. É o homem permanentemente fatigado.*

Já Guimarães Rosa não parte de uma ciência que quer provar e aplicar a todo custo, lamentando que o real não se curve à força da teoria. Ao contrário, o pensamento rosiano é de valorização do descentramento e da alteridade. Seu personagem, Riobaldo, oscila entre o herói e o anti-herói, constituindo-se como uma categoria intermediária, diferente do sertanejo euclidiano que, por não se enquadrar numa categoria – a de herói, recai forçosamente na outra. Riobaldo encarna, por excelência, a classificação lukacsiana de “herói problemático”.

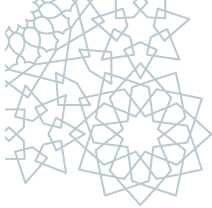
Sua narrativa não é uma sucessão de certezas, mas de dúvidas. Ainda que algumas leituras feitas sobre o personagem e sua narrativa sejam eufóricas, positivas, o

que se pode constatar ao final do romance é, ao contrário, um sentimento disfórico. Por exemplo, as leituras que tentam inserir o romance numa tradição ibérica, tomando o protagonista como um cavaleiro andante, ou aquelas que atribuem a *Grande sertão: veredas* o status de narrativa fundacional. O entrelugar da narrativa rosiana é semelhante ao entrelugar do espaço desse romance, situado fora de qualquer demarcação cartográfica, apesar das tentativas de localizá-lo dentro de paralelos e meridianos e apesar do mapa que ostenta nas orelhas. Se o conceito de Estado, ligado ao de nação, pressupõe uma estabilidade territorial, limites e fronteiras, o caráter inefável do espaço do sertão rosiano joga por terra o pressuposto de que ali teríamos um Estado e uma nação. O povo que se move dentro dessa fluidez de limites não se sujeita também a uma lei de um Estado e se apresenta, fundamentalmente, como diferença. O sertanejo rosiano é, antes de tudo, diferente.

Já o espaço de *Os sertões* é o espaço geológico, topográfico, cartográfico. Diz Euclides ao descrever o sertão:

*Abordando-o, compreende-se que até hoje escasseiem sobre tão grande trato de território, que quase abarcaria a Holanda (9° 11' – 10° 20' de lat. e 4° – 3° de long. O.R.J.), notícias exatas ou pormenorizadas. As nossas melhores cartas, enfeixando informes escassos, lá têm um claro expressivo, um hiato, Terra ignota, em que se aventura o rabisco de um rio problemático ou idealização de uma corda de serras.*

Euclides da Cunha representa o cientista cujo olhar registrou uma diferença onde procurava semelhanças. No



seu positivismo de final de século XIX, Euclides buscava a certeza científica, a relação causal entre variáveis claramente observáveis. Seu olhar, a princípio, foi o do cientista e do historiador, isento, cuja observação procura ser equilibrada e racional. Veja-se o que diz:

*O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas.*

*Primeiros efeitos de variados cruzamentos, destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada, o equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo.*

Esta visão do homem, tão asséptica e fundamentada quanto a visão da terra, muda por completo ao final de seu livro. Euclides se deixa abalar pela evidência que contraria sua ciência feita: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...”. A conclusão de Euclides é melanólica. A citação que faz do psiquiatra inglês, especializado em loucura moral, revela bem sua desilusão com o sistema que defendera e de que fora entusiasta. O Estado de que fazia parte era, no momento final de Canudos, incapaz de lhe dar uma identidade e de se erigir realmente num Estado-nação. Como nos diz Euclides:

*Fechemos este livro.*

*Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até*



*o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados.*

Muito diferente é o final de *Grande sertão: veredas*. Não há uma conclusão nem há desencanto: há a possibilidade de mudança, de transformação, de continuidade, de uma nova versão. Por isso, não faz sentido a afirmação de Willi Bolle:

*No enfoque de considerar Grande sertão: veredas uma reescrita crítica d'Os sertões, pode-se dizer, com uma formulação extrema, que esse romance, narrado por um jagunço letrado, coloca em debate a maneira tendenciosa e arbitrária com que o letrado Euclides da Cunha apresenta o jagunço. O romancista move, por assim dizer, um processo contra o ensaísta-históriografo, em nome da autenticidade da língua e da verdade dos fatos. (Bolle, 2004: 92)*

*Grande sertão: veredas* não reescreve nem questiona a grande reportagem que foi *Os sertões*. Não o faz, simplesmente, porque são textos absolutamente diferentes, com objetivos diferentes. E este romance, em especial, não trabalha com a verdade dos fatos. Desde quando existe uma verdade ficcional? Euclides perde a sua fé no Estado que defendera, enquanto Rosa põe em questão todos os Estados-nação que vêm sendo construídos, desde o Renascimento, juntamente com o conceito de Estado-nação. Rosa





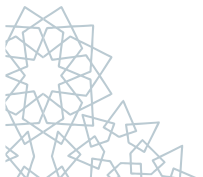
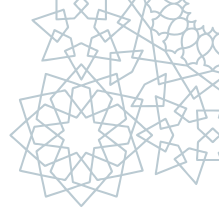
relativiza tudo ao nos dizer que tudo pode ser e não ser ao mesmo tempo. Rosa trabalha com o paradoxo, trabalha com o *koan* do zen budismo, fora de toda lógica, de toda razão, de toda “megeira cartesiana”. Euclides não relativiza porque, para o seu pensamento de época, não havia uma opção intermediária: as coisas eram ou não eram. Mas sua grande característica, que o eleva acima do pensamento de seu tempo, foi perceber que a loucura não era algo inerente apenas ao indivíduo: podia ser também do Estado. É este o sentido de socorro contido em sua última frase, ao pedir um médico para as loucuras do Estado. Nesse momento, Euclides da Cunha conclui, como Simão Bacamarte, que razão e loucura não ocupam posições rígidas. Não é outra, também, a conclusão de Rosa.


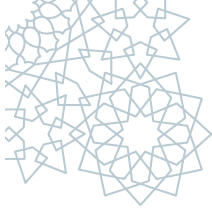
Na obra de Guimarães Rosa há dois elementos complementares: a relativização da narrativa e a da linguagem. É um processo que se inicia em *Sagarana* e se prolonga até *Tutaméia: terceiras estórias*. O processo de desconstrução da linguagem, feito através de uma poética, de forma bastante clara e consciente, é paralela à desconstrução da narrativa que, por sua vez, também está de acordo com a desconstrução da oposição entre identidade e alteridade, presente no conceito de Estado. Ao fazer isso, a ficção rosiana não é excludente, mas, ao contrário, includente. O que é a língua rosiana senão todas as línguas? O que é seu texto senão todos os textos? É por isso que seu texto mais importante, *Grande sertão: veredas*, não se fecha, terminando com um laço, a lemniscata, que é possível desfazer para continuar. Jacques Derrida, falando da tradução, caracteriza o que seria essa língua rosia-

na: uma língua que não remete nem a uma oposição com outra língua, nem se remete apenas a um real exterior, mas também a ela mesma.


*A tradução promete um reino à reconciliação das línguas. Essa promessa, acontecimento propriamente simbólico ajuntando, acoplando, casando duas línguas como as duas partes de um todo maior, chama a uma língua da verdade (Sprache der Wahrheit). Não a uma língua verdadeira, a uma língua cuja verdade, adequada a algum contexto exterior, mas a uma verdadeira língua, a uma língua cuja verdade referir-se-ia apenas a ela mesma. (Derrida, 2002: 64)*

Pela mesma razão, a questão da identidade não é posta de forma excludente e opositiva. O sertão de Rosa tem o que vem de dentro e o que vem de fora. Como o sertão carece de fechos, como diz, está aberto a todas as latitudes e a todas as imagens que, juntando-se, darão a identidade a esse leitor que pode ser qualquer um, de qualquer lugar. Cria-se uma comunidade imaginária que extrapola as fronteiras e o território, o que torna os critérios para pertença a um Estado-nação, para a obtenção de uma nacionalidade e de uma identidade, hoje, bem mais elásticos. Como o sertão está em toda parte, todos pertencem ao sertão. No sertão não se percebe a alteridade, pois todos são estrangeiros. Hernán Neira, em seu artigo “Cultura nacional, globalização e antropofagia”, nos mostra como se pode ser rígido ao traçar o círculo vicioso que informa, habitualmente, a caracterização do nacional e da cultura nacional:





*O conceito de cultura nacional inclui prescrições de comportamento e pensamento, e sanções para quem não cumpre o exigido. A decisão do campo do prescritível e o umbral de tolerância de tais prescrições não podem ser predefinidos, mas são fruto da mesma prescrição. Em outros termos, produz-se um círculo epistemológico que consiste em que a definição daquilo que se pode prescrever como comportamento moral e material é, por sua vez, fruto de uma prescrição cultural que estabelece, dentro dos comportamentos prescritíveis, o de prescrever o que é cultura nacional e, dentro dele, os umbrais de tolerância a partir dos quais se considerará como nacional um comportamento. (Neira, 2000: 196)*



A construção da identidade, em Rosa, porque há a elaboração de uma em sua obra, não assume este caráter prescritivo e autoritário, que se retroalimenta. Ao contrário, sua proposta é mais humilde e passa pela desconstrução do que já está fossilizado, seja no nível da cultura nacional, que define o que seja brasileiro, seja no nível regional, que especifica o que seja mineiro ou sertanejo, seja no nível lingüístico, onde se determina o que seja correto, culto ou erudito. Quando Riobaldo faz menção ao seu aproveitamento de todas as religiões, na verdade está expondo a maneira de Rosa tratar a alteridade e a diferença em sua obra. Não há uma única religião, ou a mais certa, como não há uma única cultura ou uma única identidade: bebe-se água de todo rio.

*Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... Uma só, para mim é*

*pouca, talvez não me chegue. Rezo cristão, católico, embrenho a certo; e aceito as preces de compadre meu Quelemém, doutrina dele, de Cardeque. Mas, quando posso, vou no Mindubim, onde um Matias é crente, metodista: a gente se acusa de pecador, lê alto a Bíblia, e ora, cantando hinos belos deles. Tudo me quieta, me suspende. Qualquer sombrinha me refresca. (Rosa, 1970: 15)*

Para Rosa, o sertanejo não é apenas o que nasce no sertão mineiro, mas o que nasce em todo e qualquer sertão. Não é à toa que um de seus personagens é chinês, e que estrangeiros perpassam por sua obra, como o Seo Alquiste, o alemão Vupes, Frei Sinfrão, Seo Assis Wababa, dando uma medida de que o outro não é diferente.

Guimarães Rosa nos propõe, em sua obra, um processo de desconstrução e de revisão de uma identidade construída desde o descobrimento. Rosa nos mostra que esse processo só é possível com a desconstrução da linguagem, que leva à desconstrução da imagem, à ruptura com certo tipo de representação. Para isso, é preciso desconsiderar a alteridade, deixar de vê-la como diferente, estranha, pior e, ao mesmo tempo, deixar de ver-se único, melhor. É preciso não se considerar mais como o centro a partir do qual tudo emana e tem sentido. Rosa nos pede que relativizemos a verdade, da mesma forma que relativiza a narrativa, jamais concluída com uma palavra final. Rosa nos indica que podemos, também nós, usar livremente a lemniscata para atar e desatar, rompendo os paradigmas, quaisquer que sejam eles: do Estado, da nação ou da identidade. ●

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, Darcy. 2003. *Teoria geral do Estado*. 44. ed. São Paulo: Globo.

BOLLE, Willi. 2004. *Grandesertão.br*. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34. (Coleção Espírito Crítico).

CELSO, Afonso. 2006. "Por que me ufano do meu país". Disponível em: <http://www.ihp.org.br/docs/jfan20030106.htm>. Acesso em: 30 set. 2006.

CUNHA, Euclides da. 2006. *Os sertões*. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/autores/euclidesdacunha/sertoess/2-00.html>.

DERRIDA, Jacques. 2002. *Torres de Babel*. Tradução de Júnia Barreto. Belo Horizonte: UFMG.

ENRIQUEZ, Eugène. 1974. "Imaginário social, recalçamento e repressão na organização". *Revista Tempo Brasileiro: a história e os discursos*, Rio de Janeiro, n. 36-37, p. 56, jan./jun.

GIDDENS, Anthony. 1997. *Os contornos da modernidade tardia*. 2. ed. Oeiras: Celta.

GROPPALI, Alexandre. 1962. *Doutrina do Estado*. 2. ed. São Paulo: Saraiva

HARTOG, François. 1999. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG.

HARVEY, David. 1996. *Condição pós-moderna*. 6. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola.

HOBBSBAWM, Eric. 1995. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.

LULL, James. 1998. "Significação em ação". In: RECTOR, Mônica; NEIVA, Eduardo. *Comunicação na era pós-moderna*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

MENEZES, Aderson de. 1996. *Teoria geral do Estado*. 8. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense.

NEIRA, Hernán. 2000. Cultura nacional, globalização e antropofagia. In: SANTOS, Luiz Alberto Brandão; PEREIRA, Maria Antonieta (Org.). *Trocas culturais na América Latina*. Belo Horizonte: Pós-Lit/FALE/UFMG, NELAM/FALE/UFMG.

PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. 2001. *A lei: uma abordagem a partir da leitura cruzada entre Direito e Psicanálise*. Belo Horizonte: Del Rey.

RAMA, Angel. 1989. *Transculturación narrativa en América Latina*. Montevideo: Fundación Angel Rama.

ROSA, João Guimarães. 1970. *Grande sertão: veredas*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

SANTOS, Douglas. 2002. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Unesp.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. 2001. *Teoria do Estado: o substrato clássico e os novos paradigmas como pré-compreensão para o Direito Constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey.